Pauta

13 DE FEVEIREIRO DE 2017 8ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 22, de 2017, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Dá a denominação de "Alceu Rosolino" ao trevo de confluência da Estrada Vicinal José Cicarelli à Rodovia Deputado João Lázaro de Almeida Prado, em São Manuel.

2 - Projeto de lei nº 23, de 2017, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Determina que a rede privada de saúde ofereça leito separado para mães de natimorto e mães com óbito fetal e, se necessário ou solicitado, com acompanhamento psicológico.

3 - Projeto de lei nº 24, de 2017, de autoria do deputado Carlos Cezar. Declara de utilidade pública o "Esporte Clube Cosmópolis", em Cosmópolis.

4 - Projeto de lei nº 25, de 2017, de autoria do deputado Adilson Rossi. Proíbe a duplicidade de cobrança de pedágio pelas empresas que detêm, através de contrato, concessão para administrar as rodovias do Estado.

5 - Projeto de lei nº 26, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre a responsabilização de atos de vandalismo ou deterioração de bens pertencentes ao Estado.

6 - Moção nº 3, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que o Programa Federal "Farmácia Popular do Brasil" tenha continuidade no Estado de São Paulo, e que novas unidades sejam implantadas, visando a ampliação dos serviços prestados para a população paulista.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 1, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Institui o prêmio "Município Amigo do Teatro".

2 - Projeto de lei nº 16, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Acrescenta dispositivos à Lei 14.707, de 2012, que dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas estaduais.

3 - Projeto de lei nº 17, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival Internacional de Teatro - FIT" de São José do Rio Preto.

4 - Projeto de lei nº 18, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a divulgação da campanha "Coração Azul contra o Tráfico de Pessoas" no Estado.

5 - Projeto de lei nº 19, de 2017, de autoria da deputada Célia Leão. Institui e estabelece diretrizes para a Política Estadual de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos no Estado de São Paulo - PFSa-SP.

6 - Projeto de lei nº 20, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Conscientização, Prevenção e Combate à Retinopatia diabética".

7 - Projeto de lei nº 21, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Autoriza o Poder Executivo a construir e instalar a Academia de Cadetes da Polícia Militar na região da Baixada Santista.

8 - Moção nº 1, de 2017, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a imediata adoção dos estudos e das providências que se fizerem necessárias, a fim de garantir o ingresso de milhares de jovens ao FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), com a ampliação do número de vagas ofertadas para todos os cursos superiores.

9 - Moção nº 2, de 2017, de autoria do deputado Cássio Navarro. Aplaud e Tenente Coronel PM Maurício Vieira Izumi, Comandante do 45º Batalhão da Polícia Militar do Interior, pelo excelente trabalho desenvolvido na Estância Balneária de Praia Grande.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 14, de 2017, de autoria do deputado Caio França. Dá a denominação de "Tércio Augusto Garcia Junior" ao complexo viário localizado nos km 65 + 2 m e 67 + 6 m, da Rodovia Anchieta Imigrantes - SP 160, em São Vicente e Praia Grande.

2 - Projeto de lei nº 15, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre atendimento médico-hospitalar a parturientes com gravidez de alto risco e neonatos nas mesmas condições.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 11, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Classifica São Manuel como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 12, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Dr. Luiz Maurício Souza Blazeck" à Delegacia de Polícia de Piedade.

3 - Projeto de lei nº 13, de 2017, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Mesópolis como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 4, de 2017, de autoria do deputado Carlos Cezar. Proíbe a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de TV ou acesso a internet, na mesma fatura, ou de modo que possa induzir o consumidor a erro.

2 - Projeto de lei nº 5, de 2017, de autoria da deputada Rita Passos. Dispõe sobre a utilização de Massa Asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem.

3 - Projeto de lei nº 6, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Declara de utilidade pública a "Instituição Esperança para todos - INESP", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 7, de 2017, de autoria do deputado Fernando Cury. Dá a denominação de "Odayr Alves da Silva" ao Campus da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, em Ourinhos.

5 - Projeto de lei nº 8, de 2017, de autoria do deputado Adilson Rossi. Dispõe sobre a instalação de fraldários nos estabelecimentos públicos ou privados destinados ao uso coletivo, onde circulem diariamente mais de quinhentas pessoas, com equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por idoso, pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

6 - Projeto de lei nº 9, de 2017, de autoria do deputado Enio Tatto. Autoriza o Poder Executivo a Implantar o "Programa Vila Dignidade" em Registro.

7 - Projeto de lei nº 10, de 2017, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Hélio Rodrigues de Barros" ao complexo viário (trevo e viaduto) localizado no km 414 + 716 m da Rodovia SP 294, em Garça.

Oradores Inscritos

PEQUENO EXPEDIENTE - 13/02/2017

1 - ITAMAR BORGES
2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
3 - CARLOS NEDER
4 - DELEGADO OLIM
5 - ANTONIO SALIM CURIATI
6 - ENIO TATTO
7 - CORONEL TELHADA
8 - JOOJI HATO
9 - JOSÉ ZICO PRADO
10 - ALENCAR SANTANA BRAGA

GRANDE EXPEDIENTE - 13/02/2017

1 - CARLOS NEDER
2 - CÁSSIO NAVARRO
3 - ROBERTO MORAIS
4 - JUNIOR APRILLANTI
5 - MILTON VIEIRA
6 - CAIO FRANÇA
7 - LUIZ CARLOS GONDIM
8 - WELSON GASPARINI
9 - RICARDO MADALENA
10 - CARLOS GIANNAZI
11 - CORONEL TELHADA
12 - ANALICE FERNANDES
13 - CELSO GIGLIO
14 - ANTONIO SALIM CURIATI
15 - DELEGADO OLIM
16 - CARLOS CEZAR
17 - GILENO GOMES
18 - EDSON GIRIBONI
19 - JOOJI HATO
20 - CORONEL CAMILO
21 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
22 - CÉLIA LEÃO
23 - RITA PASSOS
24 - EDMIR CHEDID
25 - RODRIGO MORAES
26 - MARCIA LIA
27 - MARTA COSTA
28 - JOSÉ ZICO PRADO
29 - BETH SAHÃO
30 - LUIZ FERNANDO
31 - ADILSON ROSSI
32 - TEONILLO BARBA
33 - CARLOS BEZERRA JR.
34 - JOÃO PAULO RILLO
35 - ANDRÉ SOARES
36 - ENIO TATTO
37 - RAFAEL SILVA
38 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
39 - ED THOMAS
40 - ROBERTO MASSAFERA
41 - SEBASTIÃO SANTOS
42 - MARCOS MARTINS
43 - CEZINHA DE MADUREIRA
44 - ORLANDO BOLÇONE
45 - DAVI ZAIA
46 - PEDRO TOBIAS
47 - JOSÉ AMÉRICO
48 - ITAMAR BORGES
49 - ALENCAR SANTANA BRAGA
50 - AFONSO LOBATO
51 - REINALDO ALGUZ
52 - MARIA LÚCIA AMARY
53 - MARCOS DAMASIO
54 - GERALDO CRUZ
55 - MARCO VINHOLI

Expediente

10 DE FEVEIREIRO DE 2017 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

OFÍCIOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Nº 6587/2017, acusa o recebimento do Ofício SGP 95/17.
Juntado ao Requerimento 259/15, Rel. nº 000707/2017

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO
Nº 118/2017, encaminha cópia de decisão referente ao Processo TC-002114/003/07. Juntado ao RGL 8261/15, Rel. nº 000708/2017

OFÍCIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA
Ofício 231/2017
Restinga, 12 de janeiro de 2017.
Senhor Presidente,

Venho por meio deste, encaminhar a apreciação desta Ilustre Casa Legislativa o DECRETO MUNICIPAL Nº 96-A, de 05 de Janeiro de 2017, o qual "DECRETA ESTADO DE CALAMIDADE FINANCEIRA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O documento acima mencionado encontra-se devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo na edição de 11/01/2017, Poder executivo – Seção I, páginas 127 (7) – 221.

Esperando poder contar com a análise e posterior acolhimento, reitero meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.
AMARILDO TOMÁS DO NASCIMENTO – PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual
FERNANDO CAPEZ
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2017

Dispõe sobre os serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - As farmácias, drogarias e seus respectivos profissionais farmacêuticos ficam autorizados à prestação dos seguintes serviços e procedimentos farmacêuticos:

I- aplicação de vacinas e demais medicamentos;

II- realização de testes de saúde, utilizando equipamentos ou dispositivos de "point-of-care testing" e de auto-teste;

III- determinação de parâmetros clínicos fisiológicos e antropométricos;

IV- acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes;

V- ações de rastreamento e educação em saúde;

VI- atendimento e aconselhamento para problemas de saúde auto-limitados;

VII- revisão da farmacoterapia e conciliação de medicamentos.

Artigo 2º - Para a prestação dos serviços e procedimentos farmacêuticos a farmácia deverá dispor de sala de atendimento, com tamanho mínimo de 3m² (três metros quadrados), para a realização de todos os serviços e procedimentos ofertados pelo estabelecimento, que permita o atendimento do paciente com segurança, conforto e privacidade visual e sonora.

Artigo 3º - As vacinações realizadas nas farmácias e nas drogarias são válidas para fins legais em todo o território nacional, sendo que as vacinas não previstas no calendário de vacinação oficial ou da Sociedade Brasileira de Imunização (SBIM) deverão ser aplicadas mediante prescrição médica.

§1º - A farmácia e a drogaria devem registrar as vacinas aplicadas em carteira de vacinação, a ser entregue ao paciente em meio físico ou digital, onde deve constar, no mínimo, a identificação do paciente, data da aplicação, o nome e o lote da fabricação de cada vacina aplicada.

§2º - A farmácia ou a drogaria deve informar ao órgão de Vigilância Sanitária competente, trimestralmente, as doses de vacinas aplicadas no estabelecimento, conforme modelo a ser fornecido pelo próprio órgão.

§3º - Na observação de eventos adversos pós-vacinais relevantes, o farmacêutico deverá registrar o evento ocorrido por meio do sistema nacional de notificações em vigilância sanitária – NOTIVISA.

Artigo 4º - A farmácia ou a drogaria é responsável pela guarda e armazenamento das vacinas, respondendo pela preservação de sua qualidade desde seu recebimento até sua administração no paciente, devendo seguir boas práticas de armazenamento destes medicamentos, conforme diretrizes técnicas publicadas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) - Ministério da Saúde.

Artigo 5º - Os testes de saúde realizados pelo farmacêutico devem ser feitos exclusivamente utilizando equipamentos registrados na Anvisa para uso como "point-of-care testing" ou produtos para autoteste, conforme definido na RDC nº 36 de 26 de agosto de 2015 ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 6º - Os parâmetros antropométricos e fisiológicos, cuja determinação é permitida incluem: altura, peso, distribuição corporal, circunferências de cintura e quadril, pressão arterial, temperatura corporal, ritmo e frequência cardíaca, frequência respiratória, pico de fluxo expiratório, entre outros.

Artigo 7º - A farmácia ou a drogaria, e o farmacêutico responsável técnico devem garantir o registro, a guarda, a recuperação, a rastreabilidade e a qualidade dos testes de saúde e das determinações dos parâmetros clínicos feitas nos estabelecimentos, devendo utilizar somente equipamentos e dispositivos devidamente registrados pela Anvisa.

Artigo 8º - A farmácia ou a drogaria e o farmacêutico são responsáveis pelo registro, guarda, recuperação e rastreabilidade das informações do paciente obtidas pela prestação de serviços e procedimentos farmacêuticos, em meio físico ou digital, devendo preservar a privacidade do paciente.

Parágrafo único - As informações sobre o paciente resultantes da prestação de serviços e procedimentos farmacêuticos devem ser guardadas pelo estabelecimento pelo período mínimo de 5 (cinco) anos.

Artigo 9º - A farmácia ou a drogaria e o farmacêutico devem fornecer ao paciente documento comprobatório ou educativo correspondente ao serviço ou procedimento realizado, em meio físico ou digital.

Artigo 10 - Nenhuma farmácia ou drogaria poderá funcionar sem estar devidamente licenciada pelo órgão competente de vigilância sanitária, mediante a liberação da licença sanitária contendo a possibilidade da prestação de serviços e procedimentos farmacêuticos.

§1º - As farmácias que já possuírem a licença sanitária, devem requerer a devida averbação para a inclusão da prestação de serviços e procedimentos farmacêuticos, sem a necessidade de alteração para ampliação de atividades na autorização de funcionamento (AF) junto à Anvisa.

§2º - Uma vez solicitada pelo estabelecimento a emissão da licença sanitária, a autoridade sanitária local terá o prazo de 30 (trinta) dias para inspeção e emissão da nova licença, sendo facultado à farmácia ofertar os serviços e procedimentos farmacêuticos aqui descritos em caráter provisório até emissão da nova licença.

Artigo 11 - Na licença ou alvará sanitário deverão constar os serviços e procedimentos farmacêuticos oferecidos no estabelecimento, conforme nomenclatura definida no artigo 1º da presente lei.

Artigo 12 - A farmácia ou drogaria é responsável pelo tratamento e descarte dos resíduos de saúde decorrentes da prestação de serviços e procedimento farmacêutico, conforme estabelecido na RDC Anvisa 306, de 7 de dezembro de 2004 ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 13 - Os serviços e procedimentos farmacêuticos podem ser prestados no ambiente domiciliar, para atender às demandas específicas dos pacientes, desde que seja garantida a presença de outro farmacêutico no estabelecimento.

Artigo 14 - Consideram-se, para os fins desta lei, as definições de termos contidas no Anexo, que fica fazendo parte integrante da presente lei.

Artigo 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Acompanhamento farmacoterapêutico: Serviço pelo qual o farmacêutico realiza o gerenciamento da farmacoterapia, por meio da análise das condições de saúde, dos fatores de risco e do tratamento do paciente, da implantação de um conjunto de intervenções gerenciais, educacionais e do acompanhamento do paciente, com o objetivo principal de prevenir e resolver problemas da farmacoterapia, a fim de alcançar bons resultados clínicos, reduzir os riscos e contribuir para a melhoria da eficiência e da qualidade da atenção à saúde. Inclui, ainda, atividades de prevenção e proteção da saúde. Referência: Conselho Federal de Farmácia (2016).

Conciliação de medicamentos: Serviço pelo qual o farmacêutico elabora uma lista precisa de todos os medicamentos (nome ou formulação, concentração/dinamização, forma farmacêutica, dose, via e horários de administração, duração do tratamento) utilizados pelo paciente, conciliando as informações do prontuário, da prescrição, do paciente, de cuidadores, entre outras. Este serviço é geralmente prestado quando o paciente transita pelos diferentes níveis de atenção ou por distintos serviços de saúde, com o objetivo de diminuir as discrepâncias não intencionais. Referência: Conselho Federal de Farmácia (2016).

Educação em saúde: Serviços que compreendem diferentes estratégias educativas, as quais integram os saberes popular e científico, de modo a contribuir para aumentar conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes sobre os problemas de saúde e seus tratamentos. Tem como objetivo a autonomia dos pacientes e o comprometimento de todos (pacientes, profissionais, gestores, cuidadores) e a promoção da saúde, prevenção e controle de doenças, e melhoria da qualidade de vida. Envolve, ainda, ações de mobilização da comunidade com o compromisso pela cidadania. Referência: Conselho Federal de Farmácia (2016).

Equipamento de auto-teste: Equipamentos portáteis, utilizados para a determinação de parâmetros clínicos, que podem ser utilizados pelo paciente para fins de autocuidado, porém não conclusivo para diagnóstico, bem como em farmácias, por profissionais da saúde ou pelo laboratório clínico. Referência: ISSO 18113-1:2009

Equipamentos de Point-of-care testing: Equipamentos portáteis utilizados para determinação de parâmetros clínicos próximo ao local de cuidado do paciente, cujos resultados podem levar a possíveis mudanças no processo de cuidado. Referência: ISSO 22870/2006.

Evento Adverso: Incidente que resulta em dano ao paciente. Referência: Documento de referência do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

Problemas de saúde autolimitados: Enfermidade aguda de baixa gravidade, de breve período de latência, que desencadeia uma reação orgânica, a qual tende a cursar sem dano para o paciente e que pode ser tratada de forma eficaz e segura com medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, cuja dispensação não exige prescrição médica, incluindo medicamentos industrializados e preparações magistrais – alopáticos ou dinamizados- plantas medicinais, drogas vegetais ou com medidas não farmacológicas. Referência: Resolução/CFF no 585/13.

Procedimentos farmacêuticos: Ações que podem ser realizadas durante a prestação de serviços farmacêuticos, ou fora deles, objetivando contribuir para a prevenção de doenças, a promoção e recuperação da saúde, e para o bem-estar das pessoas. Envolvem, principalmente, o uso de habilidades motoras. Referência: Conselho Federal de Farmácia (2016).

Rastreamento em saúde: Serviço que possibilita a identificação provável de doença ou condição de saúde, em pessoas assintomáticas ou sob risco de desenvolvê-las, pela realização de procedimentos, exames ou aplicação de instrumentos de entrevista validados, com subsequente orientação e encaminhamento do paciente a outro profissional ou serviço de saúde para diagnósticos e tratamento. Referência: Conselho Federal de Farmácia (2016).

Revisão de farmacoterapia: Serviço pelo qual o farmacêutico faz uma análise estruturada e crítica sobre os medicamentos utilizados pelo paciente, com os objetivos de minimizar a ocorrência de problemas relacionados à farmacoterapia, melhorar a adesão ao tratamento e os resultados terapêuticos, bem como de reduzir o desperdício de recursos. Conselho Federal de Farmácia (2016).

Assistência farmacêutica: é o conjunto de ações e de serviços que visam assegurar a assistência terapêutica integral e a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos e privados que desempenhem atividades farmacêuticas, tendo o medicamento como insumo essencial e visando ao seu acesso e ao seu uso racional.

Estabelecimento: unidade da empresa destinada ao comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

Farmácia: é uma unidade de prestação de serviços destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva, na qual se processe a manipulação e/ou dispensação de medicamentos magistrais, oficinais, farmacopeicos ou industrializados, cosméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos.

Drogaria: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.021, de 08 de agosto de 2014, dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e possibilita a introdução de novos serviços de cuidado farmacêutico, e obriga o farmacêutico no exercício de suas atividades, a proceder o acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes. A norma determina ainda que as farmácias e as drogarias poderão dispor, para atendimento imediato à população, de medicamentos, vacinas e soros que atendam o perfil epidemiológico de sua região demográfica.

A ANVISA em sua RDC nº 44, de 14 de agosto de 2009, em seu artigo 20, prevê que as atribuições do farmacêutico responsável técnico são aquelas estabelecidas pelos conselhos federal e regional de farmácia, observadas a legislação sanitária vigente para farmácias e drogarias.

Ademais o Conselho Federal de Farmácia (CFF) publicou recentemente a resolução nº 585 de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico. Esta resolução prevê, entre outros itens, as seguintes atribuições:

"...

II - desenvolver, em colaboração com os demais membros da equipe de saúde, ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde;

XI - solicitar exames laboratoriais, no âmbito de sua competência profissional, com a finalidade de monitorar os resultados da farmacoterapia;

XII - avaliar resultados de exames clínico-laboratoriais do paciente, como instrumento para individualização da farmacoterapia;

XXVIII - realizar ações de rastreamento em saúde, baseadas em evidências técnico-científicas e em consonância com as políticas de saúde vigentes".

A resolução nº 574 de 22 de maio de 2013, prevê, entre outros itens:

"Art. 2º - É atribuição do farmacêutico, na farmácia e drogaria, a dispensação de vacinas e a prestação do serviço de aplicação desses medicamentos.

Art. 3º - A responsabilidade técnica do farmacêutico para a aplicação de vacinas, diante das autoridades sanitárias e profissionais, caracteriza-se pela utilização de conhecimentos técnicos e assistência técnica, total autonomia técnico-científica, além de conduta compatível com os padrões éticos que norteiam a profissão farmacêutica".

As publicações das resoluções do Conselho Federal de Farmácia, acima citadas, que dispõem sobre atribuição do farmacêutico, tem impacto na prática desse profissional, bem como na estrutura necessária nas farmácias e nas drogarias.

A realização de exames rápidos de saúde em farmácias deverá atender à legislação específica a fim de garantir sua qualidade, e que estes testes visam auxiliar na detecção precoce de problemas de saúde e no acompanhamento do tratamento, de forma a contribuir com o trabalho do médico e os resultados de saúde do paciente, sem substituir em nenhuma hipótese a consulta com o médico.